

# Amizade une os mosqueteiros

O PAÍS • 9

## da sistematização

BRASÍLIA — Na Comissão de Sistematização, os três mosqueteiros também são quatro. E tem também seu D'Artagnan, que orienta sempre para que lado devem disparar suas armas de fogo. Poucas são as vezes em que os disparos não atingem o mesmo alvo, apesar das diferenças ideológicas e partidárias que os separam. Um é o Relator Geral e líder do grupo, o Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Os outros três são os Relatores Adjuntos: o Senador José Fogaça (PMDB-RS), e os Deputados Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Konder Reis (PDS-SC).

Os dois últimos nutrem uma antiga amizade por Cabral, que permite, segundo afirmam, que se entendam apenas pelo olhar e são tidos como moderados. Fogaça só conheceu o Relator Geral recentemente e é tido como progressista. Mas, entre os quatro, há, na grande maioria das vezes, uma unidade de palavras e votos.

Diariamente, os quatro se sentam lado a lado — curiosamente, sempre nas mesmas cadeiras — na mesa do plenário da Câmara dos Deputados, onde se reúne a Comissão de Sistematização. A tarefa é defender o substitutivo de Cabral, que está sendo votado e cujas teses, segundo Fogaça, têm sido vitoriosas em 90 por cento.

As armas de fogo são os pareceres que dão, oralmente — sempre se revezando neste trabalho —, sobre as emendas que tentam alterar o substitutivo. Podem concordar com elas ou não, o que é acertado em reuniões que realizam para analisá-las. Nessa decisão não pesam apenas suas opiniões: eles estão sempre atentos às tendências do plenário e aos acordos de lideranças partidárias, que lhes são comunicados pelo Deputado Antônio Brito (PMDB-RS). Além disso, têm sempre na cabeça o conjunto da futura Constituição, o que os faz reagirem com a mesma veemência contra uma emenda da esquerda ou da direita, se constatarem que ambos os grupos estão radicalizando.

Como Relator Geral, o Deputado Bernardo Cabral tem uma noção mais detalhada do texto do substitutivo e dá a orientação básica para o acolhimento ou a rejeição de uma emenda. Embora



não haja um princípio fechado de que devam estar juntos, eles sempre votam unidos. O que não impede que as opiniões possam acabar sendo ideológicas.

— Os constituintes tem consciência de que não somos relatores de seus partidos mas, da Comissão de Sistematização. Para isso, é preciso se despir da contigência partidária e procurar expressar o pensamento dominante — explica Fogaça.

Para ele, relatar “é sempre um exercício permanente de sensibilidade, de convicção de que se está no caminho correto”.

Por isso, é comum ver o Senador Fogaça votar igual ao Deputa-

do Konder Reis. Este, por sua vez, já assumiu posição contrária a toda a bancada de seu partido, como, por exemplo, quando aprovou a estabilidade no emprego, por entender que o texto proposto acabava com a rotatividade da mão-de-obra, defendida no programa do PDS.

A unidade em torno do texto do substitutivo pode ser, entretanto, quebrada. Foi o que aconteceu quando o Deputado Adolfo de Oliveira subiu à tribuna para defender a extinção do Conselho Nacional de Justiça, previsto no texto de Cabral. Os outros três apoiaram-no mas, no dia seguinte, se abstiveram numa votação sobre o

mesmo tema, em favor de um acordo de lideranças. Os adversários reconhecem que os relatores têm uma concepção democrática no método de trabalho, como afirmou o Líder do PCB, Deputado Roberto Freire. E que têm sensibilidade para as reações de plenário, embora estejam trabalhando para manter o substitutivo, como reconhece o Deputado José Genoíno (PT-SP). Mas também criticam. Genoíno acha que eles tendem a refletir a posição dos moderados, o que é rebatido pelo Senador José Fogaça:

— O espírito que nos orienta é o do consenso. Temos muito claro que se produzirmos uma Constituição com 60 por cento de defensores incondicionais e 40 por cento de ferozes adversários, ela não durará. E será golpeada na primeira esquina da História, na primeira crise política.

Se hoje o Relator Bernardo Cabral está cercado de auxiliares que procuram ser fiéis ao seu substitutivo, é porque os escolheu a dedo. Adolfo de Oliveira é médico e seu amigo desde 1966. Konder Reis é advogado, seu amigo desde a década de 60; foi Relator Geral da Constituinte de 67 e hoje é o encarregado de condensar os textos aprovados e de fazer os estudos comparados com Constituições de outros países. José Fogaça defendeu Cabral publicamente quando, no início das reuniões da Comissão de Sistematização, foi veementemente criticado pelos constituintes por estar sempre ausente. Nessa ocasião, ele não comparecia às reuniões para, segundo explicou, se dedicar à produção do substitutivo. O Senador Fogaça, que até então era membro da Sistematização como Relator da Subcomissão do Poder Executivo, foi convidado no mesmo dia para ser Relator Adjunto. Foi escolhido porque Bernardo Cabral “precisava ter a seu lado um homem do PMDB”, segundo explicou o próprio Relator Geral. E os quatro mosqueteiros tem ainda uma longa tarefa pela frente: tentar fazer prevalecer no plenário da Assembleia Nacional Constituinte o projeto que está sendo aprovado na Comissão de Sistematização.

### Juiz promete mais pressões no plenário

SÃO PAULO — Apesar de reconhecer que o Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Comissão de Sistematização com base em proposta do Deputado José Maria Eymael (PDS-SP), preserva a independência do Poder Judiciário, o Presidente da Associação Paulista de Magistrados, Desembargador Odyr Porto, pretende agora lutar para que ele seja rejeitado no plenário.

— Para evitar qualquer equívoco, vamos tentar retirar este substitutivo no plenário, pois, de qualquer forma, o Conselho é um órgão de risco — afirmou o Desembargador, que acredita mesmo na possibilidade de o Conselho “cair”, graças a atuação dos grupos suprapartidários, “agora bastante expressivos”.

Disse que a criação do Conselho era realmente a principal preocupação dos magistrados em relação ao projeto de organização do Poder Judiciário da Comissão de Sistematização:

— Como estava previsto inicialmente, restringia a independência dos juizes e, sem isso, não há Justiça. Com a aprovação do destaque do Deputado José Maria Eymael, o Conselho passou a ser um órgão de controle interno, o que não altera a condição de poder do Judiciário — explicou Odyr Porto, lembrando que foi suprimido do texto original o termo “externo”, que constava do Artigo 144. Além disso, foram retiradas do parágrafo único as referências que apresentavam o Conselho como órgão externo.

O Desembargador argumentou ainda que o Conselho de Justiça funciona bem em países de grande maturidade política, como a França e outras nações da Europa. De maneira geral, ele acha que o projeto votado pela Comissão de Sistematização, no que se refere à organização do Poder Judiciário, é muito tímido e não atende à principal aspiração da população:

— Era a grande oportunidade de atender ao anseio do povo brasileiro por uma Justiça mais rápida, mas o projeto não caminha para isso. Eu queria que o Bernardo Cabral ousasse mais um pouco — declarou.

Considerou positiva a criação dos juzizados de pequenas causas, destacando, porém, que um tribunal assim deveria julgar todas as causas. Também encarou como um avanço a manutenção do STF como corte constitucional, mas lamentou que os Estados só possam legislar sobre o procedimento processual.